

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH
ATA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERH

Data: 05/07/2023	Local: Auditório SEAMA/SETADES - 18º Andar
Início: 14h	Término: 16:15h
Pauta: <ol style="list-style-type: none">1. Verificação de quórum e abertura da sessão;2. Aprovação da Ata da última reunião;3. Apresentação e Deliberação do Quadro de Metas do 3º Ciclo do Progestão. Processo E-Docs 2023-RZS64 - Requerente: AGERH;4. Apresentação do Monitoramento da Qualidade da Água realizado pelo Núcleo de Qualidade e Pesquisa em Recursos Hídricos - NUQUAP/AGERH;5. Assuntos Gerais;6. Encerramento.	

1 **MEMBROS PRESENTES:**

- 2 • Conselheiro Titular - Fabio Ahnert (**SEAMA**)
- 3 • Conselheira Titular - Jaqueline Graziela Malacarne (**SEDES**)
- 4 • Conselheira Suplente - Drielle Seibert de Mello (**SEDES**)
- 5 • Conselheiro Suplente - Carlos Roberto Brandão Locatelli (**SESA**)
- 6 • Conselheiro Titular - Denio Rebello Arantes (**FAPES**)
- 7 • Conselheiro Titular - Antônio Sérgio Ferreira Mendonça (**UFES**)
- 8 • Conselheiro Titular - André Romero da Silva (**IFES**)
- 9 • Conselheiro Titular - Kleilson Martins Rezende (**FOSEMAG**)
- 10 • Conselheiro Titular - Jennifer Oliva Coronel (**FINDES INDUSTRIAL**)
- 11 • Conselheiro Titular - Murilo Antonio Pedroni (**FAES**)
- 12 • Conselheira Titular - André Luiz Sefione (**CESAN**)
- 13 • Conselheiro Titular - Jorge Vilchez Guerrero (**EDP- ESPÍRITO SANTO**)
- 14 • Conselheiro Suplente - José Luís Delai Junior (**EDP- ESPÍRITO SANTO**)
- 15 • Conselheira Titular (representante) - Soliane Oliveira Souza (**ASSIPES**)
- 16 • Conselheiro Titular - André Luiz Labanca Rosas (**FECOMÉRCIO**)
- 17 • Conselheiro Titular - Paulo Henrique Breda Moulin (**BRK AMBIENTAL**)
- 18 • Conselheiro Titular - Victor Athayde Silva (**SINDIROCHAS**)
- 19 • Conselheiro Titular - Weber Alves da Rocha (**ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA FORÇA VERDE**)
- 20 • Conselheiro Suplente - Joel de Abreu (**FETAES**)
- 21 • Conselheira Titular - Maria Helena Alves (**ABES**)
- 22 • Conselheiro Titular - Maurício Vieira Gomes (**CBH-RIO NOVO**)
- 23 • Conselheira Suplente (representante) - Dayse Corrêa (**CBH-RIO ITAÚNAS**)

24 **CONVIDADOS:**

- 25 • Ananda Bermudes Coutinho - AGERH
- 26 • Gizella Carneiro Igreja - AGERH
- 27 • Márcia Pereira D'Isep - AGERH
- 28 • Solange Malta Nogueira - AGERH
- 29 • Iranete G. Machado - CESAN
- 30 • Amanda Peixoto - FETAES

31 **SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO:**

- 32 • Cintia Cândido Matias Laures (Secretária Executiva)
- 33 • Cintia Barbosa Jacobsem (Coordenadora Jurídica)
- 34 • Elias Alberto Morgan (Coordenador Técnico)
- 35 • Elene Zavoudakis - SEAMA

36 **PONTO I - VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM E ABERTURA DA SESSÃO;**

37 A Secretária Executiva do CERH Sr.^a Cintia Laures cumprimenta e agradece a todos em nome do
38 Secretário de Estado e Presidente do CERH, Sr. Felipe Rigoni Lopes, informa que foi designada para
39 presidir esta reunião, devido à incompatibilidade da agenda do Secretário, comunica a existência
40 de quórum com 20 (vinte) instituições presentes e passa para o próximo ponto de pauta.

41 **PONTO II - APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO;**

42 Ata aprovada pela maioria dos presentes, com uma abstenção (FAPES), passando-se para o
43 próximo ponto de pauta.

44 **PONTO III - APRESENTAÇÃO E DELIBERAÇÃO DO QUADRO DE METAS DO 3º CICLO DO PROGES-**
45 **TÃO. PROCESSO E-DOCS 2023-RZS64 - REQUERENTE: AGERH;**

46 A Presidente da reunião, Sr.^a Cintia Laures, abre o tema e passa a palavra para a Sr.^a Gizella
47 Igreja/Servidora AGERH, que faz a apresentação do quadro de metas do 3º ciclo do Progestão (em
48 anexo), juntamente com a Sr.^a Ananda Coutinho/Servidora da AGERH e a Sr.^a Solange Cardoso
49 Malta Nogueira/Diretora Administrativo Financeira da AGERH. O Sr. André Sefione/CESAN
50 pergunta se a alocação e água é um tema novo que entrou nas metas do Progestão e pergunta
51 como funciona, e a servidora da AGERH Sr.^a Gizella Igreja apresenta a planilha que mostra essa
52 meta e lê os níveis de classificação dessa variável, e diz que o estado se enquadrou no nível 3 em
53 relação a esta variável. O Sr. Victor Athayde/SINDIROCHAS questiona como se definem os conflitos
54 instalados, se já existe um procedimento perante o colegiado, e a servidora da AGERH Sr.^a Gizella
55 Igreja responde que geralmente é o local da bacia onde já existem reclamações de falta de água,
56 brigas e conflitos pelo uso entre os usuários outorgados e a servidora da AGERH/Ananda Coutinho
57 complementa a informação dizendo que geralmente no cotidiano dos comitês de bacia, o conflito
58 se configura de duas formas, com o boletim de ocorrência na delegacia, que às vezes é trazido
59 para dentro do comitê o conflito, e por último, o homicídio, que às vezes acontece, e exemplifica
60 com algumas situações ocorridas em bacias do estado. A Sr.^a Maria Helena Alves/ABES questiona
61 sobre o grau da diferença entre as variáveis “Gestão de Eventos Críticos” e “Alocação Negociada
62 de Água”, uma vez que ambos os conceitos estão relacionados à questão de estiagem e eventos
63 críticos, e a servidora da AGERH Sr.^a Gizella Igreja esclarece a Conselheira, lendo o conceito da
64 variável “Gestão de Eventos Críticos” e a descrição do nível o qual o estado se enquadra,
65 justificando o enquadramento com a participação da AGERH no Centro de Monitoramento e de
66 Desastres do Estado, que fica na Defesa Civil. O Sr. André Sefione/CESAN questiona o
67 enquadramento da variável Monitoramento Hidrológico, que desceu um nível em relação ao ano
68 anterior, justamente nesse momento que a AGERH está implementando o projeto das estações, e

69 a Sr.^a Gizella Igreja justifica dizendo que a descrição de níveis da variável foi reformulada, e sugere
70 fazer uma leitura dessa variável, para esclarecer se o nível escolhido pela AGERH está adequado.
71 O Sr. Paulo Breda/BRK Ambiental também questiona em relação à diminuição do nível de
72 enquadramento da variável “Cobrança”, uma vez que os planos de recursos hídricos e o MOP, que
73 elaborados pela AGERH, têm um prazo para atendimento, assim como o monitoramento, no
74 entanto, optou-se por diminuir o nível de atendimento em dois pilares importantes na gestão de
75 recursos hídricos, e pergunta quem definiu isso, se foi a ANA ou o Estado. A servidora da AGERH
76 Sr.^a Gizella Igreja responde que os valores correspondentes aos níveis foram definidos em uma
77 reunião entre a Ana e o Estado, a Oficina Progestão Ciclo III, ocorrida no dia 17 de maio passado,
78 e acrescenta que irá ler também a variável de “Cobrança”, após abordar a de “Monitoramento
79 hidrológico”. Ela ainda pontua e pede registro de que todos os Conselheiros foram convidados
80 para a referida Oficina e diz que alguns participaram, alguns pela manhã, outros pela tarde, tanto
81 os Conselheiros de plenário, como os que fazem parte da CT Especial do Progestão. Após a leitura
82 da descrição dessas duas variáveis em referência, e esclarecimentos acerca do nível adotado pela
83 AGERH pela servidora Sr.^a Ananda Coutinho, o Sr. Maurício Gomes/CBH NOVO comenta que
84 participou da Oficina e diz que lá foi lançado o debate sobre a Cobrança, uma vez que somente na
85 bacia do Jucu, a Cobrança foi aprovada, mas que também ainda não foi operacionalizada e que na
86 bacia do Doce, a parte mineira já implementou a Cobrança, mas a capixaba ainda não. Ele também
87 manifesta que com relação à temática de eventos críticos, o estado tem um problema muito sério,
88 uma vez que as bacias são formadas por rios muito curtos, que nascem na serra e em pouco tempo
89 já desaguam no litoral, ou seja, um tempo de resposta muito curto, e conclui comentando que,
90 para fins de monitoramento e gestão de eventos críticos foi criado o Sistema de Alerta do Rio
91 Itapemirim - SARI, disponível para acesso público. O Sr. Antonio Sérgio Mendonça/ UFES questiona
92 acerca da variável Monitoramento Hidrológico, querendo saber como está a situação do
93 monitoramento de sedimentos, que consta na descrição dessa variável, e pergunta se isso afeta a
94 nota do nível do Espírito Santo, com o fato de não se ter uma rede dessa estabelecida e nem
95 planejada. Ele ainda comenta que isso se trata de um problema sério pois, durante as chuvas,
96 chega lama nas captações, e precisa-se fechá-las para continuar a abastecer, e que ele considera
97 isso bastante importante de ser monitorado. A Sr.^a Gizella Igreja responde que o estado não é
98 penalizado por não fazer um determinado tipo de monitoramento, mas que só é avaliado naquilo
99 que já está realizando. A Presidente da Reunião e Secretária Executiva Sr.^a Cintia Laures esclarece
100 sobre a avaliação da Cobrança, conforme definido pela ANA no novo ciclo do Programa, de que
101 essa variável alterará um nível para mais no novo contrato, em relação ao que está vigendo até
102 meados deste ano, e que por isso é que os Conselheiros estão notando uma diferença entre os
103 níveis dessa variável. Em seguida, a Sr.^a Gizella Igreja apresenta o quadro das Metas de
104 Investimento do programa e passa a palavra para a Diretora Administrativo Financeira da AGERH,
105 Sr.^a Solange Nogueira, que esclarece e complementa as informações acerca dessas Metas.
106 Encerrada a apresentação, a equipe da AGERH se coloca à disposição para esclarecimentos. O Sr.
107 Denio Arantes/FAPES solicita à equipe da AGERH uma avaliação sobre quais as metas mais duras
108 de serem atingidas pelo estado. A Sr.^a Gizella Igreja responde que, no seu entendimento, Cobrança
109 e Monitoramento Hidrológico são as mais desafiadoras, o que é ratificado pela Sr.^a Solange
110 Nogueira, que complementa que um dos maiores desafios é causado pelo quadro de pessoal
111 insuficiente. O Diretor Presidente da AGERH, Sr. Fábio Ahnert/SEAMA, diz que corrobora com o
112 que foi dito pela Sr.^a Solange Nogueira, e que já existe um endereçamento para cada uma dessas
113 questões, pois o governo já tem sinalizado um reforço na estrutura de quadro da AGERH, e que
114 até então parte dessa demanda tem sido suprida com os recursos advindos do Progestão, por meio
115 dos contratos de DTs. Ele diz que com relação à estratégia da cobrança, existem dois comitês de
116 bacia que já deliberaram no estado e que internamente a AGERH está se adequando para os dados
117 de outorga sejam consistidos, pois basicamente são os usuários outorgados que receberão a
118 incidência dos primeiros boletos da cobrança, e que isso está sendo feito para que se inicie esse
119 processo de forma técnica e jurídica a mais segura possível. O Sr. Fábio Ahnert/SEAMA comenta
120 que a expectativa da autarquia é de que até o final desse ano já se tenha condições de passar todos
121 os dados para a Secretaria da Fazenda, relacionados às vazões outorgadas e à conversão desses

122 valores de vazão outorgadas na equação de cobrança aprovada pelos dois comitês, e desta forma
123 dar condições à SEFAZ de emitir, de fato, os boletos da cobrança. Ele esclarece que a outorga de
124 águas subterrâneas ainda é um desafio importante para o estado, e que se tem conseguido alguns
125 avanços com a parceria forte com a Agência Nacional de Águas. O Sr. Maurício Gomes/CBH NOVO
126 manifesta que um dos desafios grandes atuais no estado é o esvaziamento dos Comitês, de se
127 manter a estrutura do comitê funcionando. O Sr. Victor Athayde questiona qual a métrica para se
128 atingir satisfatoriamente o nível estabelecido para a alocação negociada de água, ou seja, como
129 que a ANA vai aferir que está havendo uma boa gestão dos conflitos instaurados no estado. A
130 equipe da AGERH responde que por ser uma variável nova a ser avaliada, que os técnicos terão
131 que se debruçar sobre isso, e que pedirá orientação à ANA na sobre como fazer o relatório e
132 comprovar o atingimento da meta, e como esta é uma variável que passa por esse Conselho, então,
133 na época da Certificação, se for solicitado pelo CERH algo para comprovar se AGERH está se
134 enquadrando no nível avaliado, a equipe providenciará, uma vez que é a ANA, especificamente,
135 não faz esse tipo de cobrança, por não ser uma meta federativa. O Sr. Victor Athayde então
136 recomenda que haja uma comunicação com a Ana, para pedir mais esclarecimentos, de forma que
137 o próprio sistema como um todo ofereça uma capacidade estatal, seja através de uma
138 regulamentação mais precisa, sobre como se resolver conflitos e que isso seja também dialogado
139 com os órgãos fiscalizadores, no caso, a ANA, uma vez que se trata de uma condicionante para
140 repasse de recursos. Ele ainda levanta a questão de como o Conselho Nacional de Recursos
141 Hídricos capacita os Comitês de Bacia e o próprio Conselho Estadual para enfrentar conflitos pelo
142 uso da água, e opina que essa capacidade institucional e estatal, seja do ponto de vista
143 regulamentar, seja do ponto de vista de capacitar tecnicamente, é algo que pode ser demandado
144 da esfera federal. O Sr. Denio Arantes/FAPES pergunta sobre quantos conflitos instalados existem
145 no Espírito Santo que se tem conhecimento ou registrado, e a Sr.ª Ananda Coutinho responde que
146 varia de ano para ano, a depender se chove ou se não chove, e acrescenta que muitas informações
147 não chegam na AGERH e exemplifica que, para se ter uma ideia, na seca prolongada que ocorreu
148 em 2016, quando foi instituído o Acordo de Cooperação Comunitária- ACC, foram feitos 35 ACCs,
149 o que não necessariamente refletiram todos os conflitos, mas atualmente esses acordos não estão
150 mais vigentes, uma vez que está chovendo no estado, ou seja, tem água. O Sr. Kleilson Rezende/
151 FOSEMAG diz que pertence ao Comitê do Itaúnas, que é a bacia mais conflituosa que existe no
152 Estado, e relata que quando era presidente desse Comitê, na seca ocorrida de 2014 a 2018, foi
153 feito o primeiro ACC e, que através desses acordos, foi possível fazer a gestão naquele território,
154 com ações de fiscalização realizadas pela Polícia Ambiental, e afirma que naquele período houve
155 um diálogo muito bom entre o Estado e o Comitê de bacia. Em seguida, a Presidente da reunião e
156 Secretária Executiva Sr.ª Cintia Laures coloca em deliberação a aprovação do Quadro de Metas
157 para o Terceiro Ciclo do Progestão, o qual é aprovado por unanimidade, e passa-se ao ponto de
158 pauta seguinte.

159 **PONTO IV - APRESENTAÇÃO DO MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA REALIZADO PELO**
160 **NÚCLEO DE QUALIDADE E PESQUISA EM RECURSOS HÍDRICOS - NUQUAP/AGERH;**

161 A Presidente da reunião, Sr.ª Cintia Laures, abre o tema e passa a palavra para a Sr.ª Marcia Pereira
162 D'Isep/Servidora AGERH, que relata que essa apresentação é a mesma que foi feita no Dia Mundial
163 da Água, no evento de Águas Capixabas, no Palácio Anchieta e que, por convite da Secretária
164 Executiva do CERH, ela traz hoje para a plenária o que é realizado pela AGERH na área de
165 monitoramento de qualidade da água, e faz sua apresentação (em anexo). Finalizada a
166 apresentação, a Presidente da reunião abre para a plenária, e o Sr. Weber Rocha/ASSOCIAÇÃO
167 ECOLÓGICA FORÇA VERDE pergunta se ele pode solicitar que alguma bacia entre no
168 monitoramento. A servidora da AGERH, Sr.ª Marcia D'Isep, esclarece que já existe um número de
169 pontos fixos para o monitoramento e que vem sendo discutida a necessidade de inclusão de novos
170 pontos, pois existe uma limitação de estrutura para a realização do monitoramento, ou seja, é um
171 contrato fechado. O Sr. Weber Rocha/ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA FORÇA VERDE manifesta seu
172 pedido de inclusão de novos pontos para a região hidrográfica de Guarapari, relatando que os dois

173 rios que abastecem a cidade, os rios Conceição e Jabuti estão comprometidos em qualidade e que
174 ninguém está mais bebendo água proveniente do rio e que inclusive tem camarões morrendo aos
175 montes, e que, por isso, e pede um levantamento na região, fazendo coleta de amostra de água
176 nas nascentes, em Buenos Aires, no Jabuti, na Cachoeirinha, no ponto de captação da CESAN, perto
177 da estação de tratamento onde os dois rios se juntam. A servidora da AGERH, Sr.^a Marcia D'Isep,
178 questiona o Conselheiro se ele conhece os dados de qualidade desses rios, pois a AGERH possui
179 dados de qualidade desses pontos e esclarece que esse tipo de solicitação do Conselheiro seria
180 tema para um projeto de pesquisa. A Presidente da reunião e Secretária Executiva Sr.^a Cintia
181 Laures orienta o Conselheiro a solicitar os dados monitorados daquela região, que a Secretaria
182 Executiva do CERH encaminhará a solicitação para a AGERH e assim que vier a resposta, ela será
183 disponibilizada a todos os Conselheiros. A Sr.^a Marcia D'Isep diz que por isso que é importante
184 esse boletim que a AGERH irá disponibilizar, pois nele constará alguns parâmetros que são
185 importantes para o enquadramento e a conformidade ou desconformidade dele, geralmente
186 relacionado a esgoto doméstico, e ficará mais clara a informação, mas que nesse nível de detalhe,
187 exposto pelo Conselheiro da Força Verde, seria realmente objeto para um projeto de pesquisa. A
188 Sr.^a Maria Helena Alves/ABES sugere que seja feita integração entre os dados do sistema de
189 licenciamento ambiental, do IEMA, que possui um volume imenso de dados de qualidade de água,
190 fruto das condicionantes ambientais de empresas, com o sistema de monitoramento da AGERH. A
191 Sr.^a Marcia D'Isep informa que a AGERH está iniciando as tratativas com o IEMA com a finalidade
192 de correlacionar informações de alguns pontos monitorados, mas que ela imagina que o projeto
193 Observatório Ambiental talvez esteja planejando realizar essa integração de dados e informações.
194 A Sr.^a Maria Helena Alves/ABES propõe como tema de pauta da próxima reunião do CERH que a
195 AGERH traga o que já está sendo feito nesse sentido, da integração de dados e informações de
196 qualidade de água do Espírito Santo e quais são as perspectivas em relação ao tema. O
197 Coordenador Técnico Sr. Elias Alberto Morgan diz que, pela experiência dele no IEMA, existem
198 duas situações, as informações advindas das condicionantes ainda não são externadas e elas são
199 pontuais, tanto as recebidas em papel quanto digitais, e infelizmente o órgão ambiental ainda não
200 é dotado de sistema para concentrar e disponibilizar essas informações, e ele sugere que além de
201 trazer o assunto para a próxima reunião do CERH, que seria importante batalhar a contratação de
202 uma consultoria para executar este trabalho, uma vez que, na opinião dele, não tem como ocupar
203 os técnicos nesta tarefa braçal, mas que poderia ser feito por meio de contrato com o Banco
204 Mundial, com contratação de equipe para montar esse banco de dados, já que o IEMA realmente
205 é um órgão riquíssimo em termos de informações. O Sr. André Sefione/CESAN parabeniza a
206 representante da AGERH pelo trabalho e sugere que a AGERH envie para o CERH os links onde se
207 pode encontrar as informações disponíveis de monitoramento para que eles possam se apropriar
208 dessas informações. Ele ainda acrescenta, em nome da CESAN, e em resposta à fala do
209 representante da Força Verde que o estado possui 460 mil km² e a AGERH monitora cem pontos,
210 ou seja, são 460 km² por ponto, que é preciso olhar as informações com criticidade e cuidado, pois
211 a CESAN não é uma empresa de fundo de quintal, e é importante que se diga isso, então não há
212 hipótese da CESAN colocar uma água não potável na casa do seu cliente, a não ser que seja por
213 meio de um acidente, mas estando há 16 anos na empresa, ele nunca ouviu falar disso, no
214 máximo, foi enviar um pouco de água com sedimento para a Serra, mas ela ainda assim está
215 potável, que ele entende a preocupação do Sr. Weber Rocha, mas reafirma que a água
216 disponibilizada é monitorada, e que a CESAN gasta para tratar, inclusive para tratar água com
217 barro, e que tem o compromisso de colocar água potável de qualidade na casa do cliente,
218 conforme normatizada em legislação ambiental e no Ministério da Saúde. A Sr.^a Marcia D'Isep
219 informa que a AGERH também pretende divulgar os dados monitorados por meio de boletins
220 trimestrais, o qual será enviado por e-mail, pois sabe que muitas pessoas não têm acesso ao site
221 da AGERH. O Sr. Antônio Sergio Mendonça/UFES faz relato do histórico de como ocorreu a
222 evolução da SEAMA e o início do projeto de monitoramento no estado do Espírito Santo, iniciando
223 pela Grande Vitória, com recursos do Fundo da Recuperação da Zona do Rio Doce, que a antiga
224 Vale do Rio Doce, antes da privatização, tinha e repassava ao Estado para projetos, inaugurando
225 praticamente um laboratório, em que os técnicos foram na Itália para serem treinados, inclusive.

226 Ele ainda sugere que ao final de todo ano seja elaborado um Relatório do Estado das Águas do
227 Espírito Santo, a exemplo de São Paulo, que o tem desde 1975, em que não apenas apresentam o
228 resultado do monitoramento, mas também os dados pluviométricos, novas indústrias, tipos de
229 tratamentos novos que entraram, a fim de interpretar os dados de monitoramento de qualidade
230 de água e isso contribuiria muito para o planejamento da melhoria da qualidade de água do
231 Estado. O Sr. Denio Arantes/FAPES sugere que seja desenvolvido um projeto de atualização desses
232 cem pontos, uma vez que a geografia humana vai se modificando, novas cidades surgem e então,
233 periodicamente, é importante fazer uma reavaliação de quais e quantos pontos ideais para se fazer
234 a coleta e pode-se fazer esse projeto de pesquisa junto ao Fundágua, pois este fundo tem recursos
235 para isso, e podem contar com ele, que terá o maior prazer na condução do processo desse
236 projeto. A Sr.^a Márcia D'Isep concorda com a sugestão do projeto de revisão desses pontos,
237 inclusive para correlacionar com o que tem sido deliberado pelo enquadramento de corpos d'água.
238 Ela ainda relata sobre como eram feitas as revisões dos pontos de balneabilidade e lamenta que a
239 atribuição deste monitoramento tenha sido repassada aos municípios. O Sr. Mauricio Gomes/CBH
240 RIO NOVO desperta para a importância de se monitorar hormônios, remédios e metais pesados
241 na água, relatando alguns *cases* dos quais participou e assistiu em eventos ambientais, chama a
242 atenção da CESAN sobre essa preocupação, e questiona também sobre a atuação dos CBHs, se a
243 mesma termina na região da bacia onde a água se torna salobra e salgada, uma vez que o município
244 que ele faz parte, é litorâneo, e tudo o que é desaguado vai para o mar, ele questiona como
245 assegurar a balneabilidade das praias, deixa um pedido que todos se debrucem sobre esse assunto,
246 e justifica com alguns relatos ocorridos em sua região. A Sr.^a Marcia D' Isep concorda com o
247 representante do CBH Rio Novo, sobre a importância de se avaliar os micropoluentes e diz que a
248 AGERH tem o interesse em iniciar estudos nessa área. O Sr. Kleilson Rezende/FOSEMAG reforça
249 sobre a importância de se ter um sistema integrado entre Estado e municípios, e faz uma crítica
250 sobre a dificuldade de se ter acesso às muitas informações existentes nas empresas e também nos
251 órgãos de governo, e impede, por exemplo, que mesmos tipos de informação de órgãos diferentes
252 sejam confrontados ou confirmados, e cita alguns exemplos, como a necessidade de
253 compartilhamento de informações de licenciamento de barragens entre IDAF e AGERH. A
254 Presidente da reunião, Sr.^a Cintia Laures, diz que concorda plenamente e relata que ontem
255 participou de uma pesquisa informal e que isso foi uma das coisas que ela disse, como servidora
256 do sistema, de que precisa-se de integração total, não somente os órgãos públicos entre si, mas
257 também entre os segmentos - empreendedor, usuários e sociedade civil, pois sem circular essas
258 informações, as ações ficam isoladas e dessa forma, muitas vezes não se consegue quantificar
259 esses dados, tão importantes para a vida de todos. Em seguida, passa-se ao ponto de pauta
260 seguinte.

261 **PONTO V - ASSUNTOS GERAIS;**

262 A Presidente da reunião e Secretária Executiva do CERH Sr.^a Cintia Laures abre o tema e faz a
263 apresentação dos protocolos da sociedade civil em tramitação no CERH descritos abaixo,
264 informando que não houve a abertura de nenhum protocolo novo, e informa que o protocolo mais
265 recente é o da ABES, que se trata de uma proposta de Resolução, que atualmente está na AGERH,
266 e que aguarda a devolutiva para fazer as reuniões de Câmara Técnica, bem como de outros
267 protocolos de informações que também estão na AGERH, mas que já foi conversado com o Sr.
268 Fábio Ahnert/AGERH que se comprometeu a dar celeridade nos assuntos do CERH. Em seguida, é
269 passada a palavra para o Sr. Jorge Guerrero/EDP -ES, que se apresenta como presidente da
270 Comissão da Advocacia Corporativa e faz um convite aos Conselheiros para comparecerem no dia
271 18 de agosto, na FINDES, para a palestra magna do Professor Valmir Pedrosa, que irá falar sobre
272 crise corporativa pelo uso da água: como lidar, quais os aspectos e compartilhamento de
273 experiências. O Sr. Antonio Sergio Mendonça/UFES traz a informação de que as crises hídricas
274 ocorridas em 2014, 2015 e 1998 foram em ocasião da ocorrência do fenômeno climático *El Niño*,
275 e que existem registros em organizações americanas e no IMPD, mostrando todas as ocorrências
276 de *El Niño*, desde o final do século XIX, em 1875, até agora, e relata que ele trabalhou numa
277 pesquisa correlacionando a questão desse fenômeno com as vazões do Estado do Espírito Santo e

278 que as piores situações sempre ocorreram nessa época, ou seja, que apesar dos efeitos desse
 279 fenômeno serem muito menores no Espírito Santo do que no sul do país ou no norte do país,
 280 quando você tem um *El Niño* forte e demorado, o Estado do Espírito Santo também tem problemas
 281 com relação à vazão, e que traz esse sinal de alerta, porque o fenômeno pode até ser rápido e de
 282 pouca intensidade, mas está garantido que já estamos iniciando um novo período de *El Niño*
 283 atualmente. O Sr. Victor Athayde/SINDIROCHAS informa que está promovendo um evento,
 284 segundo seminário nacional sobre gestão das águas, que irá tratar também e conflitos e
 285 oportunidades, no dia 04 de agosto, em lugar a definir, mas provavelmente no Auditório Augusto
 286 Ruschi, na Assembleia Legislativa do Estado, e que, como presidente da Comissão de Direito
 287 Minerário da OAB, ele já tem a confirmação da participação da CPRM, que irá falar sobre águas
 288 subterrâneas. Ele informa ainda que haverá participação do IGAM, IEMA e da AGERH como
 289 palestrantes, e que logo que tiver o convite pronto, irá encaminhar aos Conselheiros, juntamente
 290 com o link de acesso ao evento realizado ano passado sobre a interfederatividade da gestão da
 291 água. O Sr. André Silva/IFES manifesta que não só nas questões de hormônios, mas de outros
 292 componentes químicos de medicamentos, ele quer deixar aberta a possibilidade de o IFES fazer
 293 um termo de cooperação, seja com a AGERH, seja com qualquer instituição do Estado ou órgão
 294 interessado, para que possam trabalhar juntos sobre esses temas.

Protocolo/Processo	Instituição	Ofício	Assunto	Status
2022-P19M3	ABES	Via E-Docs	Proposta de resolução que define a apresentação de análises de concentração de DBO 5,20 utilizando-se amostra filtrada para sistema de tratamento de efluente com lagoas de estabilização no âmbito da outorga para lançamento de efluentes com fins de diluição em cursos hídricos superficiais de domínio do estado do ES.	AGERH em 08/05/2023
2021-3BDBF	ONG JUNTOS SOS ES AMBIENTAL	Via E-Docs	Moção de Repudio da Juntos SOS ES Ambiental, vem registrar o seu repudio aos Gestores da CESAN pelo descumprimento da Governança Corporativa & Código de Conduta e Integridade, da Gestão Ambiental problema operacional na Estação Elevatória da ilha do boi que resultou em crime ambiental continuado por 15 dias poluído o mar que circula a ilha - APA da baía da Tartarugas por esgoto IN NATURA	IEMA em 31/03/2022
2021-3JZGK	CBH BENEVENTE		Encaminha a Deliberação n.º 01/2021, encaminha a prorrogação do mandado da plenária, diretoria e demais instâncias do Comitê da bacia Hidrográfica do Rio Benevente	AGERH em 04/03/2022
2021-58P36	ONG JUNTOS SOS ES AMBIENTAL	Via E-Docs	Solicitação de Informações, conforme a Lei 12.527/2011, ao IEMA e AGERH, referente ao Saneamento Básico - Tratamento de Esgoto dos Presídios Capixabas.	AGERH em 21/03/2023

ASSINATURA

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

FELIPE RIGONI LOPES

PRESIDENTE (CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH - SEAMA)

SEAMA - SEAMA - GOVES

assinado em 24/10/2023 13:32:40 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 24/10/2023 13:32:40 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

por CINTIA CANDIDO MATIAS LAURES (SECRETARIO EXECUTIVO QCE-04 - SECEX-CONSELHOS - SEAMA - GOVES)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2023-CPB2MC>